

A crise climática e a vida das mulheres, de quem é a culpa? | Carol Azevedo



Sabe aquela música que batucamos fervorosamente nos atos

de rua e mobilizações populares? “A crise é dos ricos e o pobre é quem se explode, no poder só tem playboy”, pois então, estamos vivendo cotidianamente a expressão dessa música em nossas vidas. Não é de hoje que a exploração da natureza e o avanço do capital sobre todas essas dimensões destroem nossas condições de sobreviver, negligenciados pelo Estado brasileiro e principalmente pelo governo Bolsonaro, que passam a boiada e permitem a entrega dos nossos territórios e biodiversidade para mega mineradoras e para as transnacionais do agronegócio, sucateando órgãos de fiscalização e preservação como o IBAMA, o ICMBio e a própria Funai

Incidentes criminosos, como Brumadinho e Mariana em Minas Gerais, as recentes cheias/enchentes por todo o território brasileiro, como na Bahia, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, deslizamentos como no Capitólio (MG), ou em Ouro Preto (MG), queimadas criminosas e desmatamento desenfreado na Amazônia, Cerrado e Pantanal, para a produção de monoculturas com cultivos de transgênicos e uso de agrotóxicos (venenos químicos que matam o solo, poluem as águas e adoecem os povos – e as mulheres), enquanto o país volta pro mapa da fome. Somos nós, as mulheres, sempre as mais afetadas nessas condições. Ribeirinhas, caboclas, indígenas, quilombolas, negras e trabalhadoras, veem seus territórios e, em sua maioria, sua garantia de sustentabilidade da vida, porque vivem naquele território, sob ameaça.

A violência das transnacionais que se apropriam dos territórios para projetos extrativistas dá continuidade à dinâmica colonial. O extrativismo colonial se instalou com o trabalho de mulheres e homens negros escravizados e se perpetua até hoje com o trabalho precarizado e o endividamento das pessoas e dos países, em sua maioria no sul global. A contaminação da água, dos ares e nos solos se estende na contaminação dos nossos corpos, avançando sobre nossa saúde. A indústria da carne, além de desmatar milhões de hectares nos territórios para criação bovina, suína e ovina, promove também uma verdadeira destruição dos oceanos com a pesca predatória.

A destruição da natureza é parte central do genocídio, e a mesma está sob ataque do capital, isso significa que as condições básicas da vida também estão sob ameaça. No acirramento do conflito do Capital contra a vida, o corpo, o trabalho e a vida das mulheres são amortecedores desse sistema. Nesse contexto, as mulheres, principalmente as negras e trabalhadoras, que são as responsáveis por produzir o viver e cuidar de suas famílias, casas e comunidades, além de acumular traumas psicológicos, são ainda mais sobrecarregadas pelas mudanças climáticas, que geram vulnerabilidades fisiológicas e biológicas, e também vulnerabilidades

culturais e sociais. Nas contradições desse sistema insustentável, quem gera as crises climáticas, econômicas e sociais, pouco são atingidos diretamente por elas. Há quem acumula e lucra com essas crises, não por acaso, em meio a maior crise sanitária, econômica, humanitária e política da história recente, a cada 26h temos um novo bilionário no mundo, e o Brasil, somou 40 novos bilionários durante esse período – é importante ressaltar que majoritariamente homens, brancos, ligados à transnacionais da comunicação, tecnologia, indústria da moda, indústria farmacêutica e do agro e extrativismo).

Para cada ameaça, as mulheres têm vulnerabilidades específicas, muito a partir do território e da crise climática envolvida. Nas migrações forçadas desses territórios sob ameaça de enchente e rompimento de barragens, por exemplo, são elas que correm mais riscos de serem vítimas do tráfico de pessoas, ou estarem submetidas a trabalhos e moradias precárias, além do não acesso a serviços de saúde pública de qualidade que essa condição provavelmente envolve. Quando esses projetos vão se instalar nos territórios, estão envolvidas também outras questões sociais, em uma lógica desenvolvimentista que reduz o desenvolvimento ao crescimento ilimitado, o corpo das mulheres amortece os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território.

Vivemos um momento em que o capital avança com mais mercantilização e mais financeirização das nossas vidas e da natureza. Empresas e organizações transnacionais impulsionam iniciativas “maquiadas de verde” (capitalismo verde), para perpetuar sua estratégia de continuar organizando sua hegemonia e lucro com pautas que são nossas, não podemos nos deixar enganar. Constroem um discurso comum e uma arquitetura legal das falsas “soluções baseadas na natureza”, que, efetivamente significam mais exploração dos territórios e mais controle de seus povos, porque sabemos que é esse sistema que explora e esgota nossos recursos e trabalho, não existem soluções possíveis para este sistema enquanto ele for o problema.

Nossa tarefa enquanto estudantes feministas, é acompanhar e organizar mobilizações populares sobre os projetos de lei que estão tramitando no Congresso que debatem sobre questões territoriais e ambientais, como o debate do Marco Temporal dos territórios indígenas, que volta para a votação do STF em junho deste ano, o decreto cavidades do governo Bolsonaro, que autoriza a destruição de qualquer tipo de cavernas para construção de empreendimentos, ou o Projeto de Lei 5544/20, que regulamenta a prática da caça esportiva de animais no Brasil, autorizando tanto a perseguição desses animais, captura e abate, que foi retirado de pauta das discussões da Câmara, mas pode retornar a qualquer momento. Precisamos estar atentas a esses debates que pautam nossas vidas e biodiversidades! E principalmente, derrotar Bolsonaro e o Bolsonarismo em 2022, que são representantes desses projetos de destruição das nossas vidas na política!

As experiências de organização de mulheres indígenas, negras e camponesas são a base da formação e prática feminista que vem fazendo enfrentamento a esse sistema. Nossas alternativas colocam no centro a importância do Estado e dos sistemas comunitários de autogestão, na perspectiva da integração dos povos, fortalecimento de políticas participativas para que essas experiências comunitárias de autogestão tenham autonomia e condições legais de preservar e viver do próprio território. As mulheres seguem em resistência, colocando a vida e sua sustentabilidade no centro, e em constante movimento, para construir um outro mundo, porque precisa ser agora!

- **Carol Azevedo** é Diretora de Mulheres da UNE e estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT).